

Estratégias para uma prática pedagógica antirracista na educação infantil

Strategies for Anti-Racist Pedagogical Practice in Early Childhood Education

Estrategias para uma Práctica Pedagógica Antirracista em la Educación Infantil

DOI: 10.5281/zenodo.21310054

Recebido: 08 jul 2026

Aprovado: 10 jul 2026

Vannorleide Rodrigues de Sabóia

Pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Morada Nova – Ceará

vannorleide@hotmail.com

Ana Cristina Vasconcelos Barros

Educação Física – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Fortaleza – Ceará

tininhavb@gmail.com

Maria Ivonete Guerra

Pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Horizonte – Ceará

m.ivoneteguerra18@gmail.com

Arisleda Silva Reginaldo

Pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Horizonte – Ceará

leidinhareginaldo@gmail.com

Jaqueline Maria de Sousa

Pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Fortaleza – Ceará

Jaquemaria123@yahoo.com

Arlete de Sousa Silva

Pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Horizonte – Ceará

Arletesousa046@gmail.com

Maria Estelita Gomes

Licenciatura em Educação Infantil – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Fortaleza – Ceará

estelitaprofessora@gmail.com

Luiza Helena Rodrigues Farias

Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Fortaleza – Ceará

ldeluiza@hotmail.com

Mônica da Silva Miranda

Pedagogia – Faculdade Kurios (FAK)

Maranguape – Ceará

Monica2803miranda@gmail.com

Katia Chirley Xavier Candido Avelino

Pedagogia – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Horizonte – Ceará

Katiachirley.c@gmail.com

Maryanne Kelly da Silva Lima

Pedagogia – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Fortaleza – Ceará

Mary1993k@gmail.com

Charliane Nunes de Lima da Costa

Licenciatura Plena em Educação Infantil – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Horizonte – Ceará

Dedecharlinha@hotmail.com

Rosângela Gomes Filgueiras

Pedagogia em Regime Especial – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Fortaleza – Ceará

filgueirasrosangelag@gmail.com

Emylena de Paiva Rodrigues Oliveira

Pedagogia – Faculdade Kurios (FAK)

Horizonte – Ceará

paivaemylena@gmail.com

Maria Kelly Renata Mendes Mendonça

Pedagogia – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Fortaleza – Ceará

kellyrmendes@yahoo.com.br

Maria Jervania Soares da Silva

Pedagogia – Faculdade Kurios (FAK)

Pacajus – Ceará

Mariajervania16@gmail.com

RESUMO

A construção da sociedade brasileira, alicerçada em um processo de colonização que utilizou a raça como ferramenta de dominação, deixou marcas profundas nas instituições educacionais, perpetuando o racismo estrutural e o mito da democracia racial. Diante dessa premissa, o presente estudo busca analisar a importância das estratégias antirracistas na Educação Infantil, compreendendo como a valorização das raízes culturais e o reconhecimento das identidades étnico-raciais são determinantes para uma formação humana integral. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica narrativa qualitativa, com caráter descritivo, fundamentada em bases como Google Scholar e SciELO, abrangendo publicações entre 2022 e 2026, além do arcabouço legal vigente, como a Lei 10.639/03. Os resultados demonstram que a implementação de uma pedagogia decolonial exige a utilização de múltiplas linguagens, como a literatura infantil afro-brasileira, a musicalidade ancestral e brincadeiras de matriz africana, que promovem o protagonismo negro e fortalecem a autoestima das crianças. Identificou-se que a formação continuada do corpo docente é o elo central para superar o racismo institucional e garantir que o currículo não seja eurocêntrico. Conclui-

se que a Educação Infantil tem a responsabilidade política de desconstruir preconceitos nos primeiros anos de vida, transformando a escola em um território de acolhimento e equidade. Ao garantir que a diversidade seja celebrada e os saberes silenciados sejam integrados ao cotidiano, a escola cumpre sua função social de construir as bases para uma sociedade mais justa, democrática e livre de opressões.

Palavras-chave: Educação Infantil. Racismo. Discriminação Racial.

ABSTRACT

The construction of Brazilian society, grounded in a colonization process that used race as a tool for domination, has left deep marks on educational institutions, perpetuating structural racism and the myth of racial democracy. Given this premise, this study seeks to analyze the importance of anti-racist strategies in Early Childhood Education, understanding how the appreciation of cultural roots and the recognition of ethno-racial identities are crucial for holistic human development. The methodology adopted was a qualitative narrative literature review, descriptive in nature, based on databases such as Google Scholar and SciELO, covering publications between 2022 and 2026, in addition to the current legal framework, such as Law 10.639/03. The results demonstrate that the implementation of a decolonial pedagogy requires the use of multiple languages, such as Afro-Brazilian children's literature, ancestral musicality, and African-based games, which promote Black agency and strengthen children's self-esteem. It was identified that ongoing teacher training is the central link to overcoming institutional racism and ensuring that the curriculum is not Eurocentric. It is concluded that Early Childhood Education has the political responsibility to deconstruct prejudice in the early years of life, transforming the school into a territory of welcoming and equity. By ensuring that diversity is celebrated and silenced knowledge is integrated into daily life, the school fulfills its social function of building the foundations for a more just, democratic society free from oppression.

Palavras-chave: Early Childhood Education. Racism. Racial Discrimination.

RESUMEN

La construcción de la sociedad brasileña, basada em um proceso de colonización que utilizó la raza como herramienta de dominación, dejó profundas huellas em las instituciones educativas, perpetuando el racismo estructural y el mito de la democracia racial. Ante esta premisa, el presente estudio busca analizar la importancia de las estrategias antirracistas em la Educación Infantil, comprendiendo cómo la valoración de las raíces culturales y el reconocimiento de las identidades étnico-raciales son determinantes para una formación humana integral. La metodología adoptada fue la revisión bibliográfica narrativa cualitativa, de carácter descriptivo, fundamentada em bases como Google Scholar y SciELO, abarcando publicaciones entre 2022 y 2026, además del marco legal vigente, como la Ley 10.639/03. Los resultados demuestran que la implementación de una pedagogía decolonial exige la utilización de múltiples lenguajes, como la literatura infantil afrobrasileña, la musicalidad ancestral y juegos de matriz africana, que promueven el protagonismo negro y fortalecen la autoestima de los niños. Se identificó que la formación continua del cuerpo docente es el eslabón central para superar el racismo institucional y garantizar que el currículo no sea eurocéntrico. Se concluye que la Educación Infantil tiene la responsabilidad política de desconstruir prejuicios em los primeros años de vida, transformando la escuela em um territorio de acogida y equidad. Al garantizar que la diversidad sea celebrada y los saberes silenciados sean integrados al cotidiano, la escuela cumple su función social de construir las bases para una sociedad más justa, democrática y libre de opresiones.

Palavras-chave: Educación Infantil. Racismo. Discriminación Racial.

1. INTRODUÇÃO

A construção da sociedade brasileira foi profundamente alicerçada em um processo de colonização que utilizou a ideia de raça como ferramenta de dominação e violência sistemática (Santos et al., 2025). Desde o período colonial, a busca por expansão territorial e o enriquecimento das metrópoles resultaram na

escravização forçada de povos africanos, que eram reduzidos à condição de mercadoria sob a justificativa pseudocientífica de uma suposta inferioridade biológica (De Sousa Gondim et al., 2025). Esse sistema de exploração não apenas moldou a economia do país, mas estabeleceu uma hierarquia social onde a cor da pele determinava o grau de humanidade e os direitos de cada indivíduo, deixando marcas profundas na estrutura das instituições educacionais (Nascimento et al., 2025).

Mesmo após a abolição formal da escravidão em 1888, o Estado brasileiro não promoveu políticas de integração, mas sim projetos eugênicos de branqueamento populacional (Silva, 2025; Nascimento et al., 2025). O incentivo à imigração europeia foi uma estratégia deliberada para “corrigir” o que as elites consideravam um retrocesso social causado pela presença majoritária de negros, visando reduzir a população preta por meio da miscigenação e da marginalização econômica (Santos et al., 2025). Esse projeto de nação reforçou o ideal de uma sociedade “mais branca”, impactando diretamente a maneira como as questões raciais são tratadas até hoje, inclusive nas creches e pré-escolas, onde muitas vezes o currículo ignora a pluralidade étnica (De Freitas Machado, 2026; Amaral, 2025).

Ao longo do século XX, o panorama histórico demonstrou como a desigualdade racial foi institucionalizada para manter sistemas de opressão e privilégios hegemônicos que persistem na atualidade (Santos; Rodrigues, 2023). A transição para a modernidade no Brasil ocorreu sob o impacto desse racismo estrutural, que permeia as instituições e fortalece o mito da democracia racial (De Oliveira Siqueira e Cardoso, 2026; Amaral, 2025). Essa ideia amplamente difundida sugere uma convivência harmoniosa entre as raças para mascarar a exclusão e a violência vivida pela população negra, tornando ainda mais urgente o papel da Educação Infantil em problematizar e combater o racismo desde os primeiros anos de vida (Nascimento et al., 2025).

O conceito de raça, portanto, deve ser compreendido como uma construção social desprovida de embasamento biológico, tendo sido forjado para estratificar a humanidade e justificar o colonialismo (De Oliveira; De Santana, 2025). Essa categoria foi manipulada por ideólogos europeus para estabelecer hierarquias fundamentadas em caracteres físicos e culturais, classificando saberes em uma lógica binária de superioridade e inferioridade (Da Silva Martins et al., 2025). Atualmente, entende-se que tais divisões visam manter o poder através da desumanização e da criação de estereótipos que simplificam identidades negras, atingindo diretamente a formação da autoestima das crianças pequenas (Santos; Rodrigues, 2023).

O racismo manifesta-se como uma crença na existência de hierarquias naturais, vinculando traços físicos a supostas qualidades intelectuais e morais de forma arbitrária (Feitozadantas; Lucini, 2024). Essa ideologia cria um imaginário social onde determinados grupos são considerados inferiores em função de suas características culturais ou religiosas (Farias, 2025). No contexto educacional, o racismo funciona

como uma ferramenta de manutenção de poder, silenciando as trajetórias históricas da população afro-brasileira e impondo uma visão de mundo única e eurocentrada como padrão de normalidade.

É fundamental analisar as diferentes manifestações que esse fenômeno assume, variando desde atitudes individuais até mecanismos institucionais invisíveis (Farias, 2025). O racismo individual revela-se em preconceitos e ofensas proferidas diretamente entre sujeitos com base em estereótipos fenotípicos (De Freitas Machado, 2026). No ambiente educativo, ao ignorar que crianças pequenas podem discriminar umas às outras, permite-se que o racismo se enraíze em suas identidades precocemente (Amaral, 2025). Segundo Nascimento et al. (2025), o racismo individual é apenas a face mais visível de um sistema complexo que desqualifica a dignidade e a identidade negra na contemporaneidade.

O racismo institucional refere-se ao fracasso das organizações em oferecer um serviço adequado devido à cor ou cultura das pessoas (Santos et al., 2025; Rocha, 2023). Ele se manifesta em normas e práticas que colocam grupos minoritários em desvantagem no acesso a direitos fundamentais de forma sistêmica (Silva, 2025). Nas escolas, a falta de representatividade e a ausência de conteúdos que reflitam a diversidade racial reforçam a marginalização da identidade negra (Amaral, 2025). De acordo com Rocha (2023), essa forma de opressão está camuflada em estruturas aparentemente neutras que perpetuam a exclusão de crianças negras e indígenas.

Já o racismo estrutural é um processo histórico e político que constitui a própria espinha dorsal da organização social. Esse sistema garante a manutenção de privilégios para grupos brancos enquanto marginaliza a população afro-brasileira em todas as esferas públicas (De Freitas Machado, 2026). Muitas vezes, as visões sobre a infância são construídas por adultos e podem não refletir com precisão a realidade das crianças como agentes ativos (Silva, 2025; Amaral, 2025). Conforme De Sousa Gondim et al. (2025), a desigualdade racial orienta as relações culturais e institucionais, tornando o preconceito um componente orgânico do país.

A discriminação direta ocorre de forma aberta, onde um indivíduo é tratado desfavoravelmente devido às suas características físicas (Nascimento et al., 2025). Este comportamento fere o bem-estar das vítimas e cria ciclos de exclusão que impactam negativamente o ambiente escolar. Por outro lado, a discriminação indireta manifesta-se através de regras universais que prejudicam desproporcionalmente grupos específicos (De Freitas Machado, 2026). Segundo Rocha (2023), o racismo sutil pode se manifestar pelo silenciamento de narrativas ou pela valorização exclusiva de padrões estéticos europeus em detrimento da beleza negra.

O racismo também se apresenta camuflado sob a negação do conflito, o que dificulta o debate aberto e a resolução de problemas raciais (De Oliveira Siqueira e Cardoso, 2026). Frequentemente, crianças negras

são expostas a imagens estigmatizantes que as afastam do ideal de infância protegida e inocente (Amaral, 2025). Professores que não admitem seus próprios preconceitos podem acabar reproduzindo estereótipos que inferiorizam o estudante em suas práticas (Santos; Rodrigues, 2023). Segundo Nascimento et al. (2025), a compreensão da raça como construção social é o primeiro passo para enfrentar o racismo em suas múltiplas dimensões.

Na Educação Infantil, a pedagogia decolonial exige que o professor entenda as crianças como agentes ativos, capazes de expressar experiências e influenciar sua própria história (De Sousa Gondim et al., 2025). De acordo com Da Silva Martins et al. (2025), é urgente reavaliar a educação para que ela se torne inclusiva e equitativa para todas as crianças.

A formação de professores é o elemento central para identificar e transformar as manifestações de discriminação no ambiente escolar (Farias, 2025). Muitos profissionais não receberam, durante sua formação inicial, subsídios suficientes para trabalhar a diversidade étnico-racial com crianças pequenas (Da Silva Martins et al., 2025). Essa deficiência formativa dificulta que os educadores desenvolvam práticas coerentes com os princípios da educação antirracista (Santos et al., 2025). Segundo Farias (2025), a formação continuada permite que o docente revise comportamentos automáticos e interrompa a reprodução de preconceitos presentes no racismo estrutural.

O marco legal brasileiro, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, visando o desenvolvimento integral da criança (Brasil, 1996). A promulgação da Lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, exigindo que as escolas reformulem seus currículos para incluir a luta e a resistência dos negros no Brasil (Da Silva Martins et al., 2025). Essa obrigatoriedade legal é fundamental para que as instituições educacionais deixem de ser reprodutoras do racismo institucional (Nascimento et al., 2025).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça esses direitos ao estabelecer campos de experiência que valorizam a identidade e o respeito às diferenças (Brasil, 2017). A BNCC define que o convívio com diferentes culturas e linguagens é um direito de aprendizagem essencial para que a criança construa uma percepção positiva de si e do outro (Santos; Rodrigues, 2023). No entanto, para que esses preceitos legais saiam do papel, é necessária uma intencionalidade pedagógica que articule constantemente o cuidar e o educar com a perspectiva antirracista (Amaral, 2025).

A Educação Infantil deve ser compreendida como um espaço privilegiado para a construção da cidadania e da justiça social cognitiva (Da Silva Martins et al., 2025). É neste período que se formam as bases das habilidades de comunicação e interação social, fundamentais para a relação da criança com o

mundo (De Sousa Gondim et al., 2025). Uma educação que não discute raça falha em seu papel ético de preparar sujeitos críticos e conscientes de sua realidade sociocultural (Amaral, 2025).

A formação continuada de professores torna-se o elo central para a implementação dessas diretrizes legais e pedagógicas (Farias, 2025). Muitos educadores enfrentam dificuldades por não terem recebido subsídios suficientes sobre relações raciais em sua formação inicial, o que gera resistência institucional (Da Silva Martins et al., 2025). Superar essa lacuna formativa é indispensável para que o docente consiga identificar microagressões e silenciamentos que fragilizam o compromisso com a igualdade racial (Nascimento et al., 2025).

A prática docente na infância precisa reconhecer que as crianças não são receptoras passivas, mas produtoras de cultura e sentido (De Sousa Gondim et al., 2025). Elas interpretam o mundo a partir das interações com adultos e pares, sendo fundamental que o ambiente escolar ofereça referências que combatam a supremacia branca (Amaral, 2025). Quando o educador assume uma postura investigativa e crítica, ele transforma a creche em um território de resistência ao racismo estrutural (Da Silva Martins et al., 2025).

Portanto, a Educação Infantil tem a responsabilidade política de reavaliar seus currículos para que se tornem inclusivos e equitativos (Da Silva Martins et al., 2025). Isso envolve a escuta ativa das crianças e a valorização de suas trajetórias familiares e comunitárias como parte legítima do conhecimento escolar (De Sousa Gondim et al., 2025). A articulação entre as leis de ensino e a prática cotidiana é o que permite a construção de uma escola verdadeiramente democrática (Nascimento et al., 2025).

Por fim, a erradicação do racismo na Educação Infantil é um passo determinante para a construção de uma sociedade democrática e justa (Nascimento et al., 2025). Ao garantir o acesso a um patrimônio cultural diverso, a escola contribui para a formação de cidadãos conscientes e críticos (Santos; Rodrigues, 2023). A transformação social brasileira passa obrigatoriamente pela desconstrução do preconceito nos primeiros anos de vida escolar (De Sousa Gondim et al., 2025). De acordo com Nascimento et al. (2025), entender a raça como construção social é fundamental para promover a busca por um mundo mais equitativo e livre de opressões.

A infância é um período em que se consolidam as bases da alteridade e do conhecimento, constituindo-se como o momento vital em que a criança começa a interpretar o mundo e a situar-se dentro das complexas relações sociais que a cercam. Por ser uma fase de extrema abertura e sensibilidade, o ambiente educativo assume uma responsabilidade ética central ao oferecer referências que permitam o reconhecimento positivo de si e o respeito genuíno às trajetórias plurais que compõem a identidade brasileira. Nesse sentido, torna-se essencial cultivar um currículo que dialogue com saberes historicamente

silenciados e fortaleça a autoestima de cada criança em sua singularidade, garantindo que o espaço escolar seja um território de acolhimento e equidade. Diante dessa premissa, o presente estudo busca analisar a importância das estratégias antirracistas na Educação Infantil, compreendendo como a valorização das raízes culturais e o reconhecimento das identidades étnico-raciais são determinantes para uma formação humana integral e para a construção de uma sociedade mais justa.

2. METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma metodologia de revisão bibliográfica narrativa qualitativa, com foco em estratégias para uma prática pedagógica antirracista. A pesquisa bibliográfica foi conduzida de forma descritiva, com ênfase na análise de metodologias de ensino, representatividade no ambiente escolar e intervenções voltadas para o combate ao preconceito racial. A busca bibliográfica foi realizada nas principais bases de dados científicas e repositórios acadêmicos, como Google Scholar, SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores: Educação Infantil, Racismo e Discriminação Racial.

Os critérios de inclusão foram definidos para garantir a relevância com o tema da pesquisa, selecionando estudos que abordassem práticas educativas antirracistas e o enfrentamento do racismo no ambiente educacional. Para a literatura técnica e acadêmica, como artigos, teses e dissertações, foram selecionadas publicações entre 2022 e 2026, visando o levantamento de discussões contemporâneas. Abrindo-se uma exceção ao recorte temporal para legislações, diretrizes curriculares e documentos normativos, que foram incluídos independentemente do ano de publicação devido à sua importância histórica e jurídica para a fundamentação do tema. A pesquisa considerou também relatos de experiência e análises teóricas que contribuíssem para a compreensão das relações étnico-raciais.

Os critérios de exclusão foram aplicados a estudos que não apresentassem dados relevantes sobre o enfrentamento da discriminação racial ou estratégias pedagógicas antirracistas. Foram descartados artigos acadêmicos publicados antes de 2022, com exceção do arcabouço legal e normativo já mencionado. Também foram excluídos materiais em idiomas que dificultassem a tradução fidedigna para o português ou inglês, assegurando a precisão na análise das terminologias técnicas e pedagógicas utilizadas no estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A consolidação de práticas pedagógicas antirracistas na Educação Infantil exige a superação do mito da democracia racial e a desconstrução de um currículo historicamente moldado por perspectivas eurocêntricas (Silva, 2025; Amaral, 2025). Entender a infância como o período vital para a formação da alteridade e do pertencimento étnico-racial demanda que o ambiente escolar deixe de ser um local de

reprodução de desigualdades para se tornar um território de valorização das identidades negras (De Sousa Gondim et al., 2025). Nesse sentido, a transição para uma pedagogia decolonial pressupõe a integração de saberes subalternizados e o reconhecimento da ancestralidade africana como patrimônio coletivo de todas as crianças (Da Silva Martins et al., 2025).

A eficácia dessa transformação pedagógica reside na intencionalidade do docente em utilizar múltiplas linguagens para enfrentar o racismo estrutural que permeia o cotidiano institucional (De Oliveira; De Santana, 2025). A articulação entre o cuidar e o educar deve ser pautada na ética do acolhimento, garantindo que a criança negra encontre na escola representações positivas que fortaleçam sua autoestima e sua imagem corporal (Santos; Rodrigues, 2023). Diante desse cenário, a implementação de estratégias lúdicas, literárias e musicais configura-se como a ferramenta central para a construção de um ambiente educativo equitativo e para a promoção de uma consciência crítica desde os primeiros anos de vida (De Oliveira Siqueira e Cardoso, 2026).

A literatura infantil afro-brasileira surge como uma das estratégias mais potentes para a desconstrução de estereótipos, oferecendo narrativas onde personagens negros ocupam lugares de protagonismo e dignidade (Rocha, 2023). Obras como “Menina Bonita do Laço de Fita” operam na valorização dos traços fenotípicos e na celebração da herança familiar, permitindo que a beleza negra seja admirada e respeitada por todos os alunos (Nascimento et al., 2025). De acordo com Amaral (2025), a mediação desses textos nas rodas de conversa estimula a empatia e desafia a lógica de invisibilização cultural que ainda persiste em muitos materiais didáticos tradicionais.

No livro “O Cabelo de Lelê”, a estratégia pedagógica foca na exploração afetiva da estética afro, promovendo o orgulho em relação aos cabelos crespos e cacheados (Farias, 2025). Ao utilizar a música homônima e o diálogo reflexivo, o educador auxilia a criança a construir um esquema corporal positivo, combatendo a alienação identitária provocada por padrões de beleza excludentes (Da Silva Martins et al., 2025). Segundo Santos e Rodrigues (2023), o acesso a essas referências positivas é determinante para que o aluno se reconheça como participante de um grupo social valorizado e respeitado.

A utilização da obra “Flávia e o Bolo de Chocolate” permite abordar temas complexos como o tom de pele e o racismo de forma sensível e pedagógica (Nascimento et al., 2025). Essa história propicia momentos de sensibilização em que as crianças podem identificar e questionar atitudes discriminatórias, desenvolvendo um senso crítico sobre as relações raciais (Rocha, 2023). Conforme defende Amaral (2025), a representatividade nessas narrativas é um direito de aprendizagem que garante o desenvolvimento pleno das potencialidades emocionais e sociais dos pequenos.

Integrar o livro “O Mundo no Black Power de Tayó” ao currículo expande a compreensão sobre a resistência cultural e a afirmação de identidades africanas na diáspora (Rocha, 2023). A narrativa de Tayó serve como um espelho fortalecedor para crianças negras e como uma lição de diversidade para crianças brancas, promovendo a coexistência harmônica e o respeito às diferenças (Da Silva Martins et al., 2025). De acordo com De Sousa Gondim et al. (2025), tais práticas são essenciais para reformular o espaço escolar em um local de justiça social e cognitiva.

A linguagem musical, por meio de instrumentos como o atabaque, o berimbau e o agogô, é outra estratégia que conecta a sala de aula com os valores civilizatórios afro-brasileiros (Amaral, 2025). A exploração de ritmos como o samba e outras batidas ancestrais permite que as crianças vivenciem a musicalidade de forma prazerosa, estimulando o raciocínio e a criatividade (Nascimento et al., 2025). Segundo Santos e Rodrigues (2023), essa imersão sonora renova a energia vital e reforça a ligação dos estudantes com as tradições que fundamentam a formação do povo brasileiro.

O uso de instrumentos como o caxixi e o reco-reco nas atividades rítmicas promove o contato direto com a tecnologia musical de origem africana (Amaral, 2025). Essa prática educativa vai além do entretenimento, funcionando como um meio de resistência e afirmação da humanidade dos descendentes africanos (Da Silva Martins et al., 2025). Conforme ressalta Rocha (2023), a inclusão desses elementos nas rotinas da Educação Infantil combate o silenciamento das culturas negras e indígenas, enriquecendo o patrimônio cultural de todos os alunos.

A brincadeira moçambicana “Amarelinha Africana” destaca-se como um recurso lúdico que trabalha a lateralidade, o equilíbrio e a noção de ritmo (Nascimento et al., 2025). Ao executar os saltos coordenados acompanhados de palmas, as crianças internalizam a disciplina coletiva e a circularidade presente nas culturas africanas (Amaral, 2025). De acordo com De Sousa Gondim et al. (2025), o lúdico orientado por uma perspectiva antirracista permite que a criança explore novos papéis e desenvolva sua autonomia de forma equitativa.

O jogo “Terra-Mar”, também de matriz moçambicana, exige agilidade e atenção auditiva, transformando o pátio escolar em um campo de experiência histórica (Amaral, 2025). Essa estratégia permite que os educandos aprendam sobre a geografia e os costumes de outros países de língua portuguesa de forma integrada ao movimento corporal (Nascimento et al., 2025). Segundo Farias (2025), a adaptação desses jogos populares africanos é uma medida concreta para efetivar uma educação para a vida que contemple a diversidade em sua totalidade.

A brincadeira “Boca de Forno”, originária da Guiné, estimula habilidades psicomotoras e o espírito de liderança cooperativa entre as crianças (Nascimento et al., 2025). Ao descobrir que o conhecido jogo

“Seu Mestre Mandou” possui raízes africanas, o aluno desenvolve uma nova percepção sobre a influência da África no cotidiano brasileiro (Rocha, 2023). Conforme Santos e Rodrigues (2023), ressaltar o contexto histórico das brincadeiras torna o aprendizado mais significativo e fortalece o pertencimento étnico-racial.

O jogo “Pilolo”, vindo de Gana, envolve a busca por itens escondidos e a corrida para a linha de chegada, incentivando a exploração espacial e a competitividade saudável (Amaral, 2025). Essa atividade promove o protagonismo infantil, permitindo que os alunos atuem como agentes ativos de sua própria história e cultura (Nascimento et al., 2025). De acordo com Da Silva Martins et al. (2025), oferecer brinquedos e jogos que representem a variedade étnica é fundamental para romper com a lógica colonial que invisibiliza os saberes negros.

A brincadeira “Mamba”, inspirada na tradição sul-africana, foca na união do grupo e na coordenação coletiva para alcançar um objetivo comum (Amaral, 2025). O contato físico e a colaboração exigidos nessa dinâmica ajudam a dissolver preconceitos e a fortalecer os laços de fraternidade entre os pares (De Sousa Gondim et al., 2025). Segundo Farias (2025), essas interações são essenciais para que as crianças aprendam a reconhecer a si mesmas e aos outros como participantes de um grupo social diverso e inclusivo.

O recurso pedagógico do espelho, aliado ao uso de fotografias, é uma estratégia crucial para o desenvolvimento do autorretrato e do esquema corporal (Nascimento et al., 2025). Ao observar suas próprias características, como a pele negra e o cabelo crespo, a criança é incentivada a expressar sua identidade com orgulho e realismo (Amaral, 2025). Conforme defendem Santos e Rodrigues (2023), essa prática auxilia na superação de estigmas e na construção de uma autoimagem positiva que resiste às pressões da mídia e do racismo estrutural.

A confecção de bonecas “Abayomis” e de bonecas de pano pretas funciona como um exercício de resgate da dignidade e da criatividade artesanal africana (Nascimento et al., 2025). Essa estratégia oferece à criança negra a oportunidade de brincar com representações que espelham sua própria fisionomia, validando sua existência no mundo (Rocha, 2023). De acordo com Da Silva Martins et al. (2025), a escassez de brinquedos representativos nas escolas é um reflexo do racismo institucional que deve ser enfrentado com urgência.

O ensino sobre o uso de turbantes e a prática de tranças afro valorizam a estética e os saberes ancestrais ligados ao cuidado com o corpo (Nascimento et al., 2025). Essas atividades artísticas ensinam sobre a simbologia e a história por trás de cada penteado, transformando a estética em uma ferramenta de empoderamento e resistência (Amaral, 2025). Segundo Santos e Rodrigues (2023), o campo de experiência “traços, sons, cores e formas” deve ser o espaço para celebrar essas manifestações da cultura preta com intencionalidade pedagógica.

A estratégia “Matacuzana”, que utiliza pedras e um círculo no chão, exercita a coordenação óculo-manual e a concentração das crianças (Amaral, 2025). Esse jogo tradicional permite que a escola dialogue com conhecimentos ancestrais, promovendo uma educação emancipatória que valoriza a oralidade e a cooperatividade (Nascimento et al., 2025). Conforme Rocha (2023), integrar essas práticas curriculares é uma forma de garantir que as diferenças sejam celebradas e nunca utilizadas para justificar a marginalização.

A brincadeira “Saltando Feijão”, da Nigéria, utiliza uma garrafa pet e uma corda para trabalhar o ritmo e o condicionamento físico dos alunos (Amaral, 2025). Essa atividade corporal demonstra como os descendentes africanos utilizam o movimento para reafirmar sua humanidade e superar injustiças históricas (Nascimento et al., 2025). De acordo com De Sousa Gondim et al. (2025), o brincar na Educação Infantil deve englobar aspectos emocionais e sociais, contribuindo para o desenvolvimento total do sujeito.

A introdução de jogos de Gana como “Da Ga” (Casa da Cobra) e “Antoakyire” (Corrida com Lenço) diversifica as formas de interação e aprendizado lúdico (Amaral, 2025). Essas estratégias fortalecem a agilidade e a percepção estratégica das crianças, conectando-as a um repertório global de infâncias africanas (Nascimento et al., 2025). Segundo Farias (2025), o educador deve ser capaz de refletir sobre sua prática para evitar a reprodução de estereótipos que possam ferir a dignidade das crianças racializadas.

Finalmente, a formação continuada do corpo docente é a estratégia transversal que garante a sustentabilidade de todas as ações antirracistas aplicadas (Feitozadantas; Lucini, 2024). É imprescindível que o professor se sinta preparado para mediar conflitos raciais e para planejar atividades que respeitem a pluralidade do povo brasileiro (Farias, 2025). Conforme concluem Santos e Rodrigues (2023), o compromisso com uma educação decolonial na primeira infância é o caminho para a construção de uma sociedade livre de preconceitos e verdadeiramente justa para todas as gerações.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a implementação de estratégias antirracistas na Educação Infantil revela-se como um compromisso inadiável para a desconstrução das bases da desigualdade que historicamente estruturam o ambiente escolar. Ficou demonstrado que a adoção de práticas voltadas para a valorização da matriz africana não deve ser encarada como um apêndice do currículo, mas como o próprio alicerce de uma formação ética e cidadã. Ao integrar o repertório de brincadeiras, literaturas e musicalidades ancestrais, a escola cumpre sua função social de oferecer um território de acolhimento onde a diversidade é celebrada como a principal riqueza da experiência humana.

O impacto dessas ações na subjetividade das crianças é profundo, pois permite que o desenvolvimento da identidade ocorra de maneira saudável e positiva. Quando o cotidiano escolar é povoado por representações que exaltam o protagonismo negro, as crianças conseguem construir uma autoimagem pautada na dignidade, rompendo com o ciclo de invisibilização e silenciamento. Esse processo de fortalecimento da autoestima é um direito fundamental de aprendizagem e atua diretamente na desarticulação de preconceitos, educando todos os alunos para o reconhecimento e o respeito à alteridade.

É imperativo reconhecer que a eficácia dessas estratégias pedagógicas depende da formação contínua e da sensibilidade crítica dos profissionais da educação. O educador precisa atuar como um mediador vigilante, capaz de identificar e transformar manifestações de racismo institucional que muitas vezes se apresentam de forma sutil nas interações e na organização dos espaços. O letramento racial do corpo docente é, portanto, o elemento que garante que a prática antirracista seja genuína, evitando que os recursos didáticos sejam aplicados de maneira mecânica ou sem a devida intencionalidade transformadora.

Por fim, a consolidação de uma pedagogia decolonial na primeira infância representa um passo decisivo rumo à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A valorização dos saberes afro-brasileiros através da ludicidade e do afeto cria novas possibilidades de convivência, fundamentadas no respeito mútuo e na celebração das diferenças culturais. Ao garantir que todas as crianças tenham acesso a esse patrimônio histórico, a Educação Infantil planta as sementes de um futuro onde a origem e o fenótipo jamais sejam utilizados como ferramentas de opressão ou marginalização social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Vanessa Roberta do. Brinquedos e brincadeiras na construção de uma prática antirracista na educação infantil. 2025. Disponível em: <https://repositorio.uscs.edu.br/items/bf5116c3-0b75-40f6-bfca-43cfd6bc6669>. Acesso em: 19 abr. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 19 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 19 abr. 2026.

DA SILVA MARTINS, Letícia Regina et al. Pedagogia decolonial e educação antirracista: práticas pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Ibero-Americana de Humanidades,**

Ciências e Educação, v. 11, n. 12, p. 7727-7744, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23567>. Acesso em: 19 abr. 2026.

DE FREITAS MACHADO, Priscila. Jogos, brinquedos e brincadeiras como práticas antirracistas na educação infantil. **Aurum Editora**, p. 113-124, 2026. Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/editora/article/view/1027>. Acesso em: 19 abr. 2026.

DE OLIVEIRA SIQUEIRA, Lucimari; CARDOSO, Carolina Ribeiro. Por uma didática antirracista: fundamentos e práticas para as relações étnico-raciais na escola. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 15, p. 59-78, 2026. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/509>. Acesso em: 19 abr. 2026.

DE OLIVEIRA, Hugo de Souza Lima; DE SANTANA, José Valdir Jesus. Práticas pedagógicas antirracistas na educação básica: uma revisão sistemática da literatura. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 6, n. 1, p. 1-22, 2025. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/sertanias/article/view/18066>. Acesso em: 19 abr. 2026.

DE SOUSA GONDIM, Raquel et al. Práticas pedagógicas antirracistas na educação infantil: fortalecendo identidade, diversidade e protagonismo na UAPI. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 9, p. e9277, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/9277>. Acesso em: 19 abr. 2026.

DE SOUZA, Vinicius Benites; MONTIEL, Larissa Wayhs Trein. **Práticas para uma educação antirracista com crianças bem pequenas em Naviraí-MS**. 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/jspui/retrieve/18470fe6-20d9-4c75-98d2-b778abc195a9/33534.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2026.

DOS SANTOS TEIXEIRA, Ozeneia; DOS SANTOS, Orlean Rodrigues. Educação antirracista na primeira infância: identidade, direito e prática pedagógica. **Revista Científica FESA**, v. 3, n. 36, p. 2-17, 2026. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/768>. Acesso em: 19 abr. 2026.

FARIAS, Livia Clara Lima. Educação antirracista na prática pedagógica: desafios e estratégias no ambiente escolar. **Eventos Pedagógicos**, v. 16, n. 3, p. 956-965, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/14729>. Acesso em: 19 abr. 2026.

FEITOZA DANTAS, Cristiane; LUCINI, Marizete. Práticas educativas relevantes para o desenvolvimento do antirracismo na educação infantil. In: **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, n. 13, 2024. Disponível em: <https://eventosgrupotiradentes.emnuvens.com.br/enfope/article/view/16869>. Acesso em: 19 abr. 2026.

NASCIMENTO, Bruna Elane Lopes do et al. **Educação antirracista: a literatura infanto-juvenil como estratégia pedagógica antirracista no primeiro ano do ensino fundamental**. 2025. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/5323>. Acesso em: 19 abr. 2026.

ROCHA, Gabriela Quaresma. Educação infantil como espaço de uma educação antirracista: as múltiplas linguagens como caminhos de transformação. **Revista SL Educacional**, p. 50, 2025. Disponível em: https://www.sleditora.com/files/ugd/235dad_9f6a44cfcf3349e8955bea3147a80049.pdf#page=51. Acesso em: 19 abr. 2026.

SANTOS, Jhemylli Aline; RODRIGUES, Maria Emília. Estratégias antirracistas para a educação infantil: educar para resistir. **Caderno Intersaberes**, v. 12, n. 42, p. 371-386, 2023. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2903>. Acesso em: 19 abr. 2026.

SANTOS, Sandy Emanuele Sampaio et al. **Pedagogia arteira: autoria pedagógica antirracista na educação infantil**. 2025. Disponível em: <http://200.128.81.65:8080/handle/tede/1930>. Acesso em: 19 abr. 2026.

SILVA, Victória Roberta Soares. **Cultura afro-brasileira: o brincar de faz de conta como vivência antirracista**. 2025. Disponível em: <https://repositorio.ifsp.edu.br/handle/123456789/3251>. Acesso em: 19 abr. 2026.